

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.894, DE 2004.**

Dispõe sobre a concessão de empréstimo financeiro a pessoas jurídicas que desejem empreender e gerar emprego e renda.

**Autor:** Deputado Carlos Nader

**Relator:** Deputado Gonzaga Mota

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição em epígrafe cria o programa de financiamento popular, destinado a conceder créditos a pessoas jurídicas que desejam iniciar ou expandir pequenos negócios, destacando cinco por cento dos depósitos à vista das instituições financeiras públicas federais para compor fundos especiais com a finalidade referida.

Estabelece-se o valor de R\$ 10 mil (Dez mil reais) como a máximo a ser concedido a cada interessado com base no programa. Até dez por cento dos recursos dos fundos especiais poderão constituir fundo de garantia dos créditos concedidos ao amparo do programa. Há, ainda, a previsão da faculdade de cobrança de seguro de crédito, cujo prêmio não excederá um por cento do valor do empréstimo.

O prazo de amortização dos empréstimos variará entre três e dez anos, a critério do beneficiário, que deverá apresentar, para ser contemplado, projeto detalhado da destinação dos recursos.

Aos demais bancos será facultada a criação de linhas de crédito nos mesmos moldes do programa.

A proposição foi rejeitada na Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Na Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas até o esgotamento do prazo regimental.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Cabe a esta Comissão, além do exame do mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação. Cabe analisar o Projeto também à luz da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Por outro lado, e de acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas aos exames de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira. Nesse sentido, dispõe o art. 9º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação que, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Analisando o Projeto de Lei nº 2.894, de 2004, verificamos que este não traz implicação orçamentária ou financeira, na medida em que se refere a fundos especiais, criados pelas instituições financeiras públicas federais e outras, com recursos de seus depósitos a vista.

No mérito, entretanto, como bem destacou a Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a matéria tratada na proposição já se encontra adequadamente disposta na Lei nº 10.735, de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, assim como na Lei nº 11.110, de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Tais normas estabelecem condições favoráveis para a concessão de empréstimos aos pequenos tomadores e, no caso do PNMPO, o contato direto com o beneficiário durante todo o período do contrato, para acompanhamento e orientação, a fim de garantir a sustentabilidade da atividade econômica.

Dessa forma, a despeito da nobre intenção do Autor, entende-se que a matéria constante de sua proposição deva ser rejeitada, haja vista suas disposições estarem satisfatoriamente contempladas no ordenamento jurídico brasileiro.

Diante do exposto, somos pela não-implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou despesa pública federal, não cabendo pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.894, de 2004. No mérito, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.894, de 2004.

Sala da Comissão, em        de        de 2006.

Deputado **Gonzaga Mota**  
Relator